

**INSTITUTO
FEDERAL**
Maranhão

**A AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM PARA
A EMANCIPAÇÃO:
UMA CONSTRUÇÃO
POSSÍVEL NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**Leomar Campelo Costa
Eliane Maria Pinto Pedrosa**

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA A EMANCIPAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

2023 Todos os direitos reservados

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EQUIPE RESPONSÁVEL

LEOMAR CAMPELO COSTA

Autoria

PROF^a. DR^a. ELIANE MARIA PINTO PEDROSA

Orientação

JÉSSICA LAYS NOGUEIRA COSTA

Diagramação

Costa, Leomar Campelo

Avaliação da aprendizagem na educação profissional e tecnológica: um estudo no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA / Leomar Campelo Costa, Eliane Maria Pinto Pedrosa - São Luís, 2023.

35f ; PDF

Produto educacional resultado da pesquisa de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus São Luís - Monte Castelo, 2023.

1. Avaliação da aprendizagem 2. Educação profissional e tecnológica 3. Emancipação

SOBRE OS AUTORES

Eliane Maria Pinto Pedrosa

Graduada em PEDAGOGIA, com Mestrado em Educação Profissional e Doutorado em Educação em Ciências e Matemática pelo Programa de Pós-graduação da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - REAMEC/UFMT. Docente do Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão- IFMA/ Campus São Luís/ Monte Castelo. Professora efetiva do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfPET/ IFMA. Professora do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física. Atualmente é Coordenadora Institucional do Programa de Formação de Professores de Educação Básica - PARFOR. Consultora ad hoc da FAPEMA. Tem experiência profissional na área de Educação, com ênfase em Currículos, Formação de Professores, Didática e Metodologia do Ensino, Avaliação Educacional, Planejamento e Políticas Educacionais, Educação e Trabalho, Educação e Ensino em Ciências da Natureza e Matemática. Possui publicações em Periódicos Científicos, Revistas e Livros voltados para as temáticas de Formação de Professores, Currículo, Educação e Trabalho, Educação e Ensino em Ciências da Natureza e Matemática.

Leomar Campelo Costa

É Graduado em Ciências com Habilitação em Física e em História. É Especialista em Metodologia do Ensino de História do Brasil, Gestão Educacional, Novas Tecnologias Educacionais e em Avaliação no Contexto Escolar. Atualmente é professor efetivo das redes públicas municipais de Cajari – MA e Pedro do Rosário – MA. Publicou em 2021 pela Editora Caminhar o livro, “Avaliação, Aprendizagem e Gestão Escolar”.

APRESENTAÇÃO

Este E-book intitulado “A avaliação da aprendizagem para a emancipação: uma construção possível na Educação Profissional e Tecnológica” nasceu das inquietações investigativas no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), como um dos desdobramentos da dissertação “AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM ESTUDO NO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO-IEMA”

As discussões realizadas com professores (as) e alunos (as) do IEMA, Unidade Plena Viana, foram fundamentais para a elaboração deste produto. Seu ponto de partida foi uma pesquisa desenvolvida junto a uma equipe de professores(as) e alunos(as) do Curso Técnico em Finanças do IEMA, no município vianense.

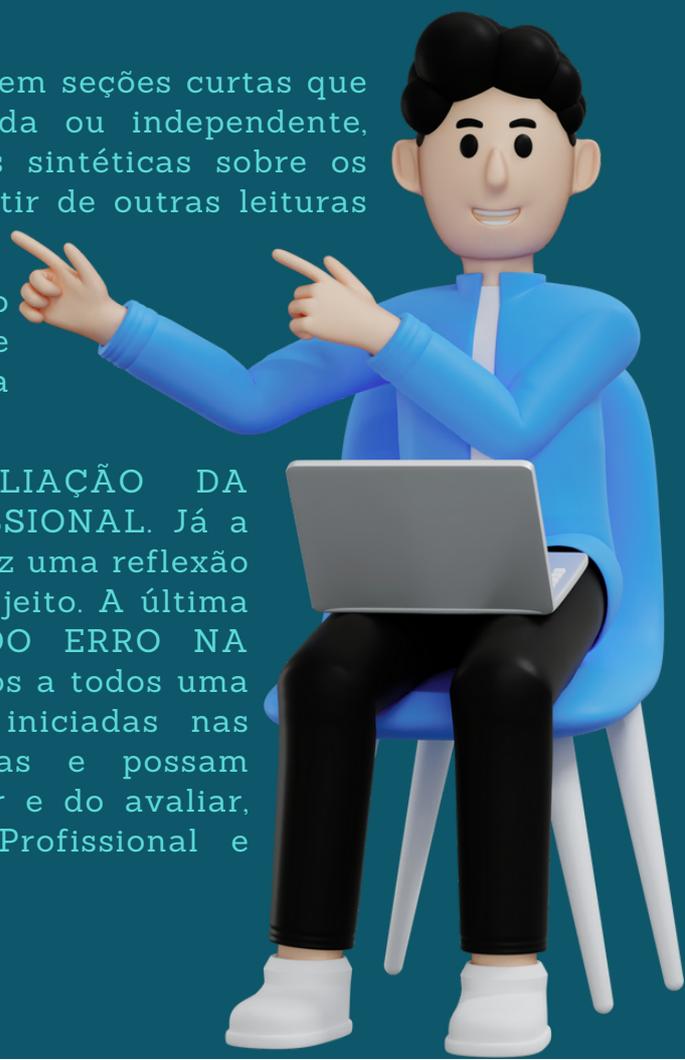
É uma obra dedicada aos que, de forma efetiva, contribuíram com o processo que lhe deu origem, e, de forma geral, a todos e todas que na busca de construir uma prática docente, com esteio no princípio a formação humana integral dos estudantes, buscam e lutam permanentemente por uma melhor qualificação profissional.

Este E-book condensa, de forma sintética e objetiva, discussões sobre a avaliação da aprendizagem e, em especial, a respeito da avaliação na Educação Profissional e Tecnológica-EPT.

É um material que se encontra organizado em seções curtas que podem ser exploradas de forma articulada ou independente, possibilitando aos professores(as) leituras sintéticas sobre os assuntos, que podem ser aprofundadas a partir de outras leituras sugeridas no material.

Assim, a primeira seção busca definir o conceito de Avaliar, com a finalidade de evidenciar o real sentido da avaliação na prática pedagógica.

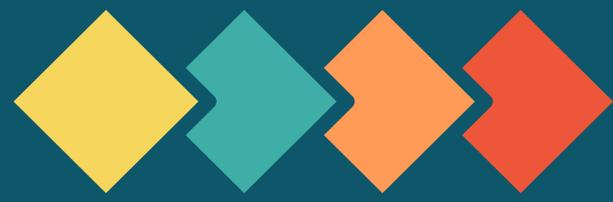
A segunda seção aborda A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Já a terceira, AVALIAR PARA EMANCIPAR, traz uma reflexão sobre a avaliação como emancipação do sujeito. A última seção trata sobre A VALORIZAÇÃO DO ERRO NA PRÁTICA AVALIATIVA. Por fim, desejamos a todos uma excelente leitura e que as discussões iniciadas nas próximas páginas possam ser ampliadas e possam revigorar a prática pedagógica do ensinar e do avaliar, em especial, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.





SUMÁRIO

- 1 O ATO DE AVALIAR
- 2 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
- 3 AVALIAR PARA EMANCIPAR
- 4 A VALORIZAÇÃO DO ERRO NA PRÁTICA AVALIATIVA
- 5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO



CAPÍTULO 1

O ATO DE AVALIAR¹

¹Texto elaborado pelo autor que sintetiza elementos sobre a avaliação, construídos a partir de leituras de teóricos que concebem a avaliação numa dimensão emancipatória.



O ato de avaliar é parte integrante da prática pedagógica, e assume papel de destaque nos principais debates educacionais. Sem desconsiderar as demais temáticas que subsidiam a prática docente, a avaliação é um assunto que não perde atualidade. Cabe assim, discutir o significado da avaliação e a finalidade desta atividade no âmbito escolar.

Luckesi (2011, p. 191), afirma que:

O ato de avaliar a aprendizagem na escola, tem presente a complexidade da realidade. Por estar voltado para a melhoria do desempenho do educando, leva em conta a complexidade das variáveis que intervêm na produção dos resultados considerados intermediários ou finais, pois somente atuando sobre elas e reduzindo os seus efeitos é que a aprendizagem poderá vir a ser satisfatória.

Para que o processo de avaliação seja o mais preciso possível e revele os resultados das práticas docentes, os professores precisam de dados satisfatórios. Contudo, vale a pena considerar se as ferramentas de avaliação realmente levam em conta a diversidade da sala de aula. É importante entender que não existe homogeneidade entre os alunos, entre as aprendizagens que se efetivam a partir do ensino. Os encontros com o conhecimento não ocorrem da mesma forma, com a mesma intensidade ou ao mesmo tempo para todos e, portanto, ocorrem em ritmos diferentes para cada indivíduo. E os professores precisam conhecer o nível de compreensão dos alunos, a fim de proporcionar oportunidades para o desenvolvimento intelectual de forma sistemática e gradativa.

Quando os professores compreendem os processos de aprendizagem dos seus alunos, começam a entender como os alunos aprendem. E entender como ocorre esse aprendizado é a base para a tomada de decisão do professor. À medida que os professores se conscientizam desta aprendizagem e reorientam as suas práticas de ensino, surgem novas oportunidades para estruturar a aprendizagem.





Segundo Luckesi (2018, p.55) “caso a realidade descrita preencha as variáveis do critério de qualidade, assumido como positivo, ela será qualificada como satisfatória; caso não preencha essas variáveis, será qualificada como insatisfatória”.



Segundo Costa et al (2020, p.38), “se o professor perceber que os resultados da avaliação indicam a necessidade de uma ressignificação da prática docente, o mesmo deve organizar e construir novos percursos metodológicos”. Ou seja, para que o professor possa compreender o processo de construção da aprendizagem dos alunos se faz necessário um olhar cuidadoso às etapas constituintes da sua prática de ensino.

É preciso compreender que a avaliação é necessária, porém, devemos nos questionar: Para que avaliamos? Segundo Luckesi (2018, p. 23), “o ato de avaliar, como qualquer outra prática investigativa, tem por objetivo exclusivamente revelar algo a respeito da realidade”. Mas até que ponto esta prática é verdadeiramente exploratória e reflexiva? Até que ponto nós, professores, refletimos as nossas práticas de avaliação? Estas reflexões são necessárias, mas não suficientes.

Luckesi (2018, p.55) aponta que:

Para praticar atos avaliativos, importa estarmos conscientes da epistemologia, que permite sua compreensão, assim como os passos metodológicos necessários à sua condução. Sem essa compreensão e direcionamento, provavelmente a avaliação não se realizará a contento e com o rigor necessário, fator que implicará distorções para a intervenção na realidade.

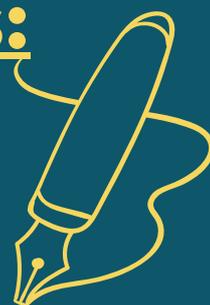


Nesse sentido, o ato de avaliar está a serviço da construção da aprendizagem dos alunos e constitui, enquanto parte integrante do ato de ensinar, em contexto de diálogo entre professor e aluno. Pensar em uma avaliação transformadora é necessário para que se construa uma educação de qualidade socialmente relevante, comprometida com a formação de pessoas com autonomia intelectual, éticas, isto é, desenvolvidas nas diferentes dimensões que as constituem.

Amplie seus estudos:

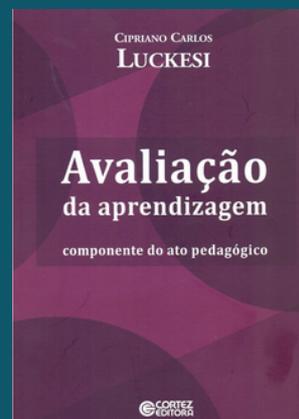


Dicas de leitura



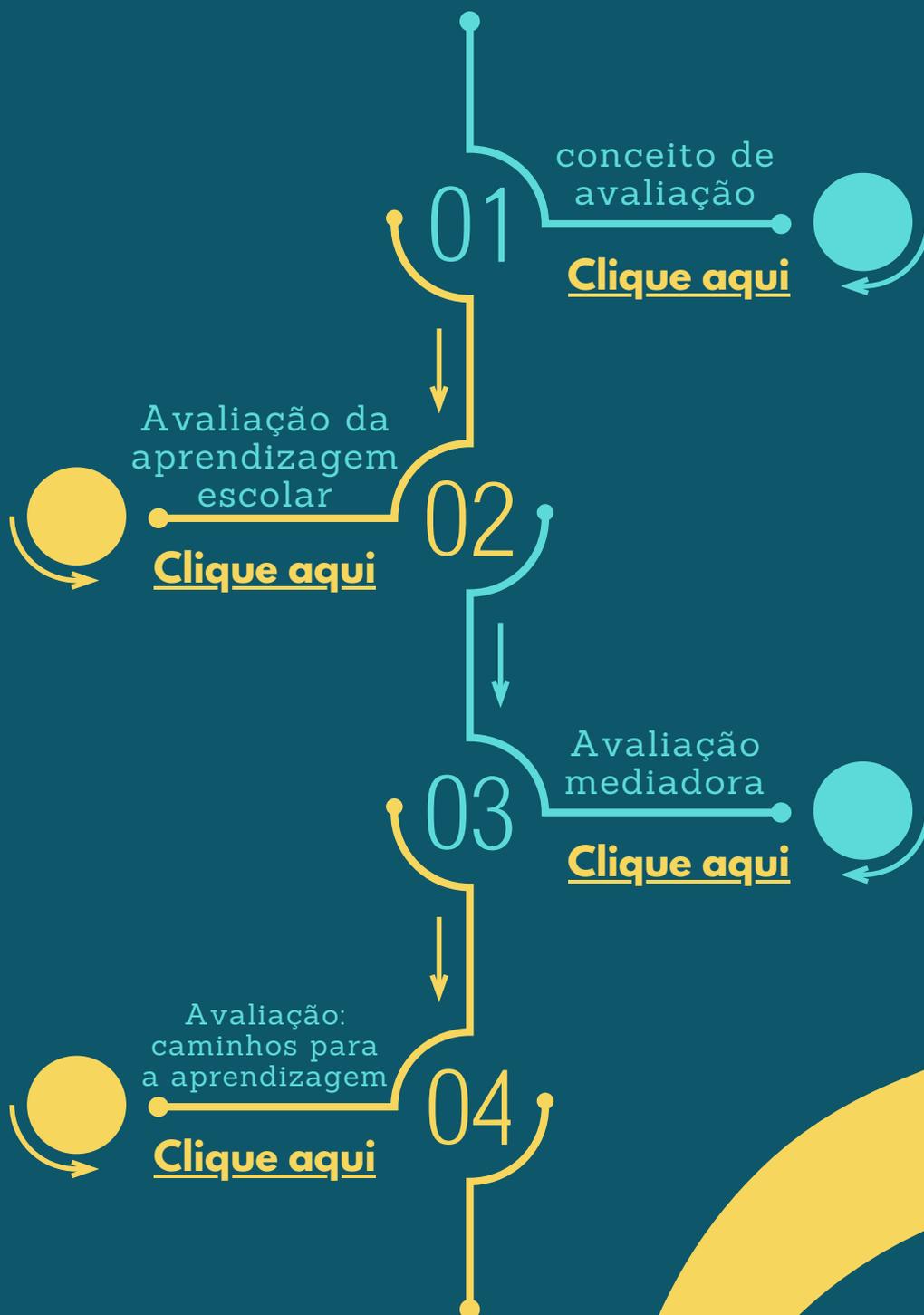
Leia a obra de Luckesi, AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO: questões epistemológicas e práticas.

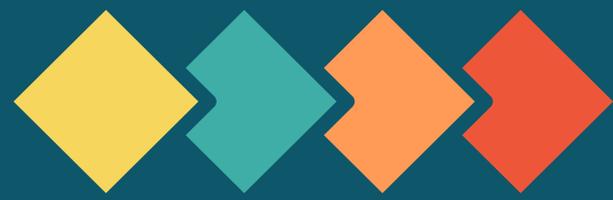
Leia a obra de Luckesi, AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: componente do ato pedagógico.





Dicas de vídeo





CAPÍTULO 2

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA²

² Texto elaborado pelo autor que sintetiza elementos sobre a avaliação na Educação Profissional e Tecnológica, construídos a partir de leituras de teóricos que concebem a avaliação numa dimensão emancipatória.

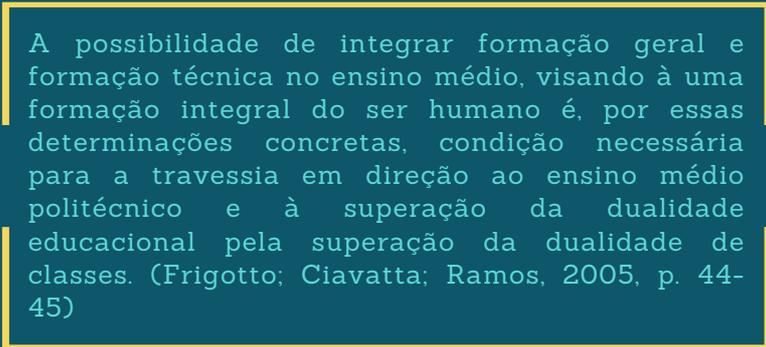


A origem da Educação Profissional e Tecnológica e seus desdobramentos posteriores revelam que enquanto política pública no Brasil, a EPT, por muito tempo, foi concebida como uma política assistencialista, ou como educação voltada para atender aos interesses do mercado capitalista, tendo historicamente como público alvo indivíduos pertencentes a setores desfavorecidos sócio e economicamente. Como expressão do caráter dualista que historicamente tem marcado a educação brasileira, em que uns são preparados para exercer funções intelectuais e outros para exercer funções manuais, a EPT foi pensada inicialmente como política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (Kuenzer, 2007), posteriormente, assumiu o papel de preparar mão de obra para executar atividades operacionais em determinados setores da produção. No movimento histórico, a luta por uma EPT comprometida com um processo formativo emancipatório alcança possibilidades com a promulgação do Decreto nº 5.154/2004 que abre espaço para a formação profissional integrada à formação básica. A EPT voltada para a formação integral do sujeito, a partir de um processo que promova, integradamente, preparação e qualificação para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, parece ganhar corpo (Allain; Wollinger; Moraes, 2018).

A avaliação que defendemos na EPT passa pela concepção de formação integral. Para Ciavatta (2005, p.85) essa concepção de formação busca “garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”.



Com essa perspectiva, busca-se por meio da EPT uma formação omnilateral e politécnica, que significa o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões e potencialidades humanas (Manacorda, 2012; Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). Para esses pensadores,



A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando à uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 44-45)





A formação sólida e ampla sinalizada para a formação humana integral é o objetivo do Ensino Médio Integrado. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 85), com o termo formação humana [...] busca-se garantir ao educando o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”. Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem dos estudantes da EPT não pode ser expressa apenas em uma nota ou conceito, fazendo menção à aprovação ou à reprovação. Ela precisa ser vista como um processo diagnóstico, que viabiliza informações sobre as possibilidades e limites dos estudantes quanto às aprendizagens alcançadas, tendo em vista criar condições para que se apropriem efetivamente dos conteúdos da atividade profissional integrados aos conhecimentos da base geral (Gomes; Silva; Moreira, 2016)

Diante disso, na educação profissional a avaliação é singular pela necessidade de atender aos pressupostos básicos educacionais, pautadas não somente na teoria, mas também na prática. Assim, a avaliação da aprendizagem se constitui, nesse segmento educacional, numa prática complexa e fundamental com horizonte na formação profissional e cidadã (Campolin, 2019).



Pode-se afirmar que no âmbito do ensino técnico integrado ao ensino médio a avaliação da aprendizagem é um processo complexo e multifacetado. Essa compreensão se sustenta na medida em que entendemos que não basta apenas avaliar os conteúdos teóricos que compõem os componentes curriculares, é necessário que estes estejam em correlação com a dimensão prática inerente a cada elemento do currículo. O que dá sentido ao aprendido é o domínio na dimensão praxica, e isso não pode ser descuidado nem pelo ensino e nem pela avaliação.



Desta forma, a avaliação na Educação Profissional é um processo de reconhecimento dos saberes adquiridos, das habilidades amadurecidas, das atitudes em prática, levando-se em conta o tempo de cada educando para sua aprendizagem, sua progressão no aprendizado (Campolin, 2019).





É importante que a avaliação seja coerente e assuma um caráter de justiça e qualidade, cujo processo e resultado sejam de conhecimento dos alunos. Assim, esta passa a ser abrangente contemplando os diferentes aspectos envolvidos no processo do aprender, tendo em vista tomadas de decisões necessárias.

Com isso, depreende-se que a avaliação da aprendizagem no ensino técnico integrado ao ensino médio, assim como em qualquer outra modalidade ou etapa de ensino, deve ser utilizada como uma ferramenta de aprendizagem, afinal é isto que lhe justifica e lhe confere sentido, o fato de estar a serviço da efetiva aprendizagem dos alunos.

Portanto, avaliar a aprendizagem dos alunos na EPT e, em específico, no ensino técnico integrado exige ir além de simples notas e simples indicadores de sucesso ou fracasso, para fornecer uma imagem mais completa e precisa do processo de aprendizagem dos alunos. Diferentes ferramentas e metodologias precisam ser consideradas.



Para Machado (2008, p. 18), “[...] o professor da educação profissional deve ser capaz de permitir que seus alunos compreendam, de forma reflexiva e crítica os mundos de trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem”. O aluno do ensino em pauta necessita ser preparado e avaliado para uma atuação ampla e crítica no contexto social e profissional, com domínio técnico, científico, ético, estético, em síntese, que seja considerada a dimensão de totalidade que o constitui enquanto sujeito e que constitui a realidade social e profissional que este deve apreender.



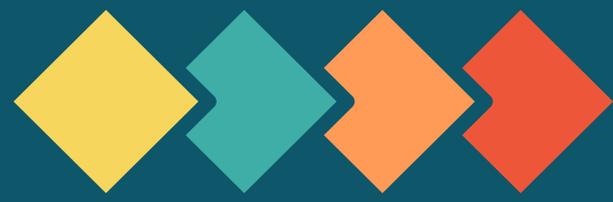
Amplie seus estudos:



**Dicas de
leitura**



A importância da avaliação
emancipatória na educação
profissional e tecnológica



CAPÍTULO 3

AVALIAR PARA EMANCIPAR³

³ Texto elaborado pelo autor que sintetiza elementos sobre a avaliação, construídos a partir de leituras de teóricos que concebem a avaliação numa dimensão emancipatória.



Ao pensar em avaliação emancipatória, é fundamental compreender que a emancipação permeia a prática de ensino e de aprendizagem. Portanto, é um instrumento que permite avaliar o que foi ensinado e o que foi aprendido em seus múltiplos aspectos. Há a necessidade de uma avaliação que permita ao estudante acompanhar e criticar a sua aprendizagem, identificar seus limites e potencialidades, favorecendo-lhe condições de atuar com protagonismo em suas diferentes e diversas naturezas: cognitivas, políticas, sociais, culturais, éticas, estéticas e outras. A abordagem da avaliação emancipatória impunha a prática do respeito às diferenças cognitivas e sociais dos sujeitos (Gonzaga et al., 2014).

Ao passo que entendemos a educação como condição para a construção do sujeito, passaremos a compreender a avaliação como instrumento de emancipação, pois a avaliação está a serviço da construção de um sujeito emancipado.



A avaliação emancipatória tem como objetivo transformar a realidade das pessoas, visando transformá-la. [...] Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso essencial desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam sua “própria história” e gerem as suas próprias alternativas de ação, sem desconsiderar igualmente decisões coletivas (Saul, 2010, p. 65).



Convém destacar que a avaliação emancipatória tem como foco a transformação da realidade, o que a difere dos modelos tradicionais de avaliação onde a formação do sujeito, ignora o contexto social do qual é parte integrante, que transforma e pode ser transformado. Assim, o horizonte é a aprendizagem, que por sua vez tem uma direção transformadora.

Com o sentido transformador se constitui instrumento potencializador da construção da aprendizagem dos discentes, numa perspectiva dinâmica e relacional. Assim,





Compreende processo e produto como dois elementos indissociáveis. Reconhece a importância do sujeito no processo de aprendizagem, não como um reproduzidor, mas como o próprio centro da produção de conhecimento; coloca o sujeito como parâmetro de si mesmo no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Caracteriza o ensino e a aprendizagem como processos interligados, indissociáveis, e de uma caminhada conjunta especialmente no que diz respeito às relações docente-discente (Azevedo; Reis, 2013, p. 38).

Portanto, uma prática avaliativa efetivamente comprometida com tal perspectiva precisa se transformar em um fazer contínuo com o que acreditamos: a autoformação de sujeitos autônomos, críticos e cidadãos legítimos, tornando-se, pois, um processo dialógico e, portanto, coletivo, em que múltiplos sujeitos participam com suas falas e experiências (Esteban, 2008)



A respeito desta perspectiva de avaliação, Silva (2013, p. 8) menciona que “[...] corresponde a uma forma avaliativa do processo contínuo de ensino aprendizagem, que exige do professor um acompanhamento do desenvolvimento das produções do aluno”.



É necessário pensarmos um processo educacional onde a formação da pessoa do educando seja a centralidade das ações. Pensar esse processo nos faz refletir que fazer uso do currículo como mediador do processo de emancipação do sujeito, deve ser a bússola da prática docente.

Segundo Luckesi (2011, p. 35-36):





Centrar-se na pessoa do educando, servindo-se do currículo como mediador de sua formação, implica um ideário de construção da sua individualidade autônoma, o que, em última instância, significa a busca da emancipação humana. Da vida, afinal de contas.

Desse modo, entender a avaliação como possibilidade de emancipação do sujeito, é entender também a condição do professor como parte desse processo, pois conectar a prática de ensino a um itinerário constituído de aspectos epistemologicamente emancipatórios é levar professor e aluno a entenderem a escola como possibilidade de construção do sujeito em sua totalidade e não como mera reprodutora de padrões estabelecidos por um currículo engessado.

No que se refere a avaliação da aprendizagem desenvolvidas na Educação Profissional e Tecnológica, é importante que se pense no professor que sustenta seus atos pedagógicos buscando sempre assegurar aprendizagem sólida e significativa por parte dos alunos. O avaliar alcança sentido se estiver comprometido com a aprendizagem, é o aprender que justifica o ato de avaliar. Entretanto, segundo Luckesi (2018, p. 160):

[...] em decorrência de nossa história da educação, que, de forma constitutiva, convive com o modelo do capital, nós, professores, de modo inconsciente, desconectamos as práticas avaliativas de suas finalidades epistemologicamente definidas, que é subsidiar decisões que garantam aprendizagens satisfatórias para todos os estudantes.



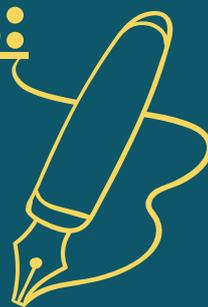
Entendemos, portanto, que a avaliação é parte constituinte da vida do indivíduo e que assume o papel de intermediar decisões diante à diversas situações. À medida que esta assume a dimensão emancipatória promove a necessidade de reflexões e discussões permanentes sobre seus processos e os alcances atingidos.

Sendo assim, o processo avaliativo se sustenta em uma prática de ação- reflexão- ação, que exige dos sujeitos envolvidos, professor e aluno, permanente vigilância entre o projetado e o alcançado, tendo a intenção do alcance da aprendizagem do aluno, como ponto de partida e de chegada.

Amplie seus estudos:



Dicas de leitura



Avaliação emancipatória: desafios a teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo



Avaliação Emancipatória:
REFLEXÃO E PRÁTICA



Dicas de vídeo



Avaliação emancipatória:
desafios a teoria e a prática de
avaliação e reformulação de
currículo



CAPÍTULO 4

A VALORIZAÇÃO DO ERRO NA PRÁTICA AVALIATIVA⁴

⁴Texto elaborado pelo autor que sintetiza elementos sobre a valorização do erro na prática avaliativa tendo em vista a pesquisa realizada no IEMA-Viana.

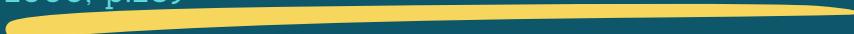
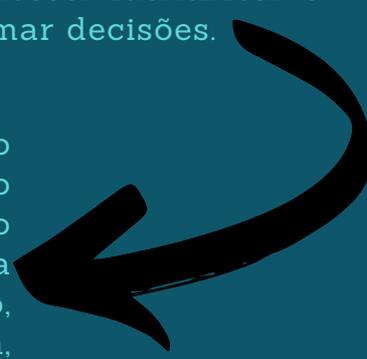


A qualidade da aprendizagem está diretamente ligada com a qualidade do ensino. A auto avaliação passa a ser um procedimento necessário na prática docente de modo que o professor construa possibilidades de aprendizagem favorecendo assim o desenvolvimento dos alunos nos seus diversos aspectos.

Sem uma construção de propostas claras de aprendizagem ao aluno e uma análise dos percursos necessários para a efetivação dessa aprendizagem, o professor será conduzido ao imprevisto ao longo de sua prática de ensino.

Ao estabelecer as propostas de aprendizagem, o professor precisa levar em consideração as formas de aprender dos alunos. Cada aluno tem seu ritmo de aprendizagem, logo cabe ao professor identificar o nível de progresso na aprendizagem do aluno e tomar decisões.

No âmbito escolar, o erro é compreendido como sinônimo de fracasso. Já o acerto “é associado ao saber, e se revela quando a resposta do aluno coincide com o conhecimento veiculado pela escola, este sim “verdadeiro”, valorizado e aceito, portanto positivamente classificado”. (Esteban, 1999, p.15)



É necessário, contudo, que o professor possa “refletir sobre a prática educacional, mediante a análise da realidade do ensino, da leitura pausada, da troca de experiências. Estruturas que tornem possível a compreensão, a interpretação e a intervenção sobre a prática” (Imbernón, 2010, p.43).



Ao professor compete entender que “ensinar é cuidar para que os educandos efetivamente aprendam o que necessitam aprender e, pois, adquiram a capacidade de expressar seu desempenho com qualidade plena”. (Luckesi, 2014, p. 102)





Se de um lado está o acerto como sinalização que o aluno aprendeu o que foi ensinado, na outra extremidade está o erro, como sinal que a aprendizagem não se efetivou. E entender os motivos pelos quais a aprendizagem não se efetivou, cabe ao professor enquanto responsável pela prática pedagógica que deve potencializar a aprendizagem do aluno.

O erro diz muito do processo de aprendizagem do aluno e é exatamente nesse momento que o professor precisa repensar sua prática docente em busca da efetivação dessa aprendizagem. Se o real sentido do processo de ensinar é fazer com que o aluno aprenda, a não construção dessa aprendizagem representa o fracasso.

Para Costa et al (2020 p. 11) “É necessário que o professor tenha clareza para si mesmo e deixe claro ao aluno que a avaliação é antes de tudo um instrumento capaz de subvencionar sua aprendizagem”. Ainda segundo os autores, “[...] cabe ao professor cuidar para que a função da avaliação seja cumprida, que é verificar o que o aluno aprendeu e o que não aprendeu”.



Convém destacar, contudo, que o erro não é sinônimo de fracasso, pode ser entendido como possibilidade de construção do conhecimento. Nesse sentido o erro passa a “[...] reconverter em processo o resultado [...]” e a possibilitar a assunção de uma atitude transformadora de um fato [...]. Por isso, o erro é “[...] um ponto de referência importante para dirigir as hipóteses para outros caminhos” (Torre, 2007, p.19).

Perceber o erro como fonte de aprendizagem, exige do professor um olhar muito mais atento a todas as etapas constituintes da prática de ensino. Se faz necessário que o professor entenda que tudo o que for por ele desempenhado na sala de aula, implicará no processo de formação dos alunos. Para Torre (2007, p.28), o erro “[...] deve ser concebido como um sintoma, e não como um mal, pois, [...] os erros na aprendizagem informam de estratégias inadequadas, de lacunas de conhecimento, de falhas na compreensão, de lapsos na execução etc.”. Sendo assim, cabe ao professor identificar o que provocou o erro de modo que ao identificar as razões o mesmo possa promover ações corretivas.





Segundo Esteban (1999, p.21) “o erro oferece novas informações e formula novas perguntas sobre a dinâmica aprendizagem/ desenvolvimento, individual e coletiva”. Nesse sentido a valorização do erro do aluno deve ser parte integrante do ato de avaliar. Perceber os avanços e dificuldades dos alunos se constitui tarefa do professor e caracteriza-se como ponto de partida para as tomadas de decisões no âmbito da prática avaliativa.



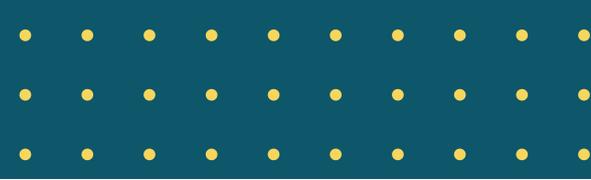
Portanto, valorizar o erro não significa apenas identificar o que o aluno não aprendeu e o que consequentemente o levou a errar, mas é, antes de tudo, refletir os percursos desenvolvidos para oferecer a aprendizagem ao aluno. “Uma vez que ocorram não devemos fazer deles fontes de culpa e de castigo, mas trampolins para o salto em direção a uma vida consciente sadia e feliz” (Luckesi, 1995, p. 51).

A avaliação não está a serviço do fracasso do aluno. Logo, desconsiderar os erros é negar a estes o direito de aprender. A prática da ação-reflexão por parte do professor é fundamental, pois cabe a este identificar os erros e reorientar o processo de aprendizagem dos alunos.

Hoffmann (2019, p.35) alerta que se faz necessário interpretar as respostas dos alunos uma vez que as informações que são obtidas “instigam a reflexão do professor sobre seus próprios posicionamentos metodológicos, sobre os objetivos previstos, a elaboração das questões e a análise de respostas dos alunos”.



Infelizmente ainda nos deparamos no ambiente da sala de aula, com professores perpetuando a máxima excludente entre os alunos que “sabem” e os que “não sabem”, o “bom aluno” e o aluno que não é tão bom. Enfim, essa conduta reproduz no âmbito escolar um processo de “segregação” muito forte que por vezes leva o aluno a abandonar a escola por entender que aquele ambiente não ficou para ele, ou mesmo que este não é capaz de aprender. De acordo com Esteban (1999, p.21), “o erro muitas vezes mais do que o acerto, revela o que a criança “sabe”, colocando este saber numa perspectiva processual, indicando também aquilo que ela “ainda não sabe”, portanto o que pode “vir a saber”.



O erro muitas vezes está diretamente ligado ao fracasso, e na maioria das vezes esse fracasso se transforma em exclusão, pois à medida que o professor utiliza a avaliação apenas como um meio para obtenção de notas e/ou aprovação ou reprovação, aqueles que obtiverem resultados abaixo da média podem inclusive abandonar a escola por não se sentirem capaz de evoluir ou acompanhar os demais na busca pelo conhecimento. Isto comprova que se faz necessário utilizar o erro como ponto de partida para reverter as falhas e não como um ponto final, ou seja, um meio que leva à reprovação ou até mesmo à exclusão desses alunos. É preciso levar em consideração as diferenças dos alunos em absorver os conhecimentos para perceber a necessidade de ressignificar o processo avaliativo e este não se tornar um meio excludente, mas um instrumento de desenvolvimento que garanta de fato o acesso ao conhecimento.

Amplie seus estudos:



**Dicas de
leitura**



[A Virtude do Erro: uma visão construtiva da avaliação](#)



Dicas de vídeo

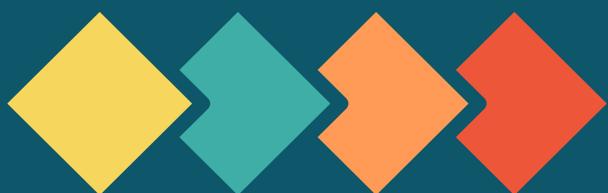


Base Nacional Comum
Curricular e Avaliação



CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES SOBRE
O PRODUTO





Percebemos, diante do que foi exposto neste Ebook sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica tendo por base a avaliação na perspectiva emancipatória, que a avaliação, aqui discutida, nos leva a uma reflexão diante da prática avaliativa.

É preciso compreender que a avaliação é necessária, porém, para além da obtenção de uma nota, seu real objetivo é elevar o conhecimento e aprendizagem do aluno.

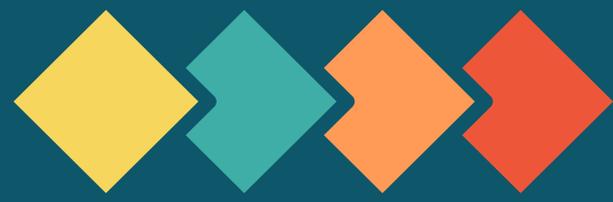
Quando se pensa a avaliação na Educação Profissional e Tecnológica, é necessário entendermos que para além de uma formação focada no ensino de certas habilidades restritas à determinadas atividades profissionais, seu horizonte é a formação ampla que implica conhecimentos teóricos e práticos para a compreensão e realização da atividade profissional, bem como, para o entendimento e atuação crítica nos outros espaços em que toma parte. Essa formação assume um caráter emancipatório a medida que se compreende a Educação Profissional como subsidiária de uma formação humana verdadeiramente integral.

Quando discutimos a importância da avaliação emancipatória, nosso objetivo é fazer com que os professores pensem em suas práticas de ensino para proporcionar aos alunos condições de aprendizagem qualitativamente relevante. Afinal, a avaliação emancipatória busca a real emancipação do sujeito que se caracteriza na construção de um indivíduo autônomo intelectualmente, com atuação consciente e crítica

O erro no processo de avaliação do aluno, também foi aqui considerado. A forma como o mesmo pode servir para a construção da aprendizagem não pode ser ignorada, pois trabalhar com o erro é dá ao aluno o direito de aprender aquilo que não conseguiu absorver ao longo das aulas, e que, conseqüentemente, o levou a não ser bem sucedido na prática avaliativa.

Por fim, entendemos que a avaliação na Educação Profissional e Tecnológica não se diferencia das práticas avaliativas nas demais modalidades ou etapas de formação do aluno, porém, a intenção neste trabalho, é contribuir com subsídios teóricos que possibilitem professores e demais interessados a compreenderem a avaliação nunca perspectiva emancipatória, como condição fundamental para que desenvolvam práticas avaliativas comprometidas com a aprendizagem ampla e desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões humanas.





DESCRIÇÃO TÉCNICA



Título: A avaliação da aprendizagem para a emancipação: uma construção possível na Educação Profissional e Tecnológica

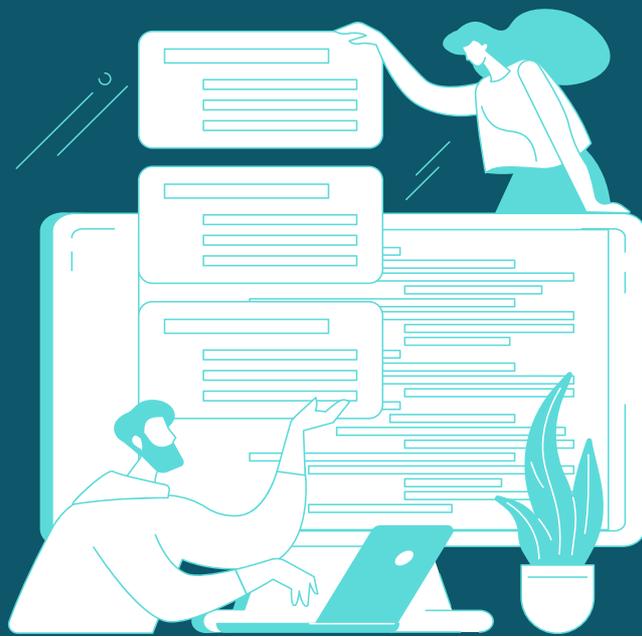
Autor: Leomar Campelo Costa

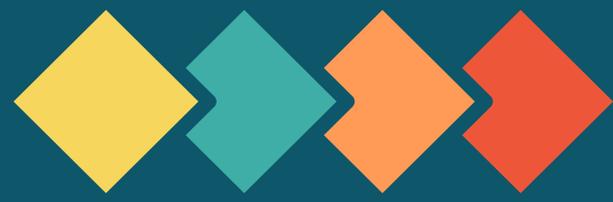
Orientação: Dra. Eliane Maria Pinto Pedrosa

Público-alvo: Professores e alunos da Educação Profissional e Tecnológica

Meios de divulgação: Impressa e online

Ano: 2023





REFERÊNCIAS





ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo; MORAES, Gustavo Henrique. A História, estrutura e políticas da educação profissional no Brasil. Florianópolis, Instituto Federal de Santa Catarina, 2018.

AZEVEDO, J. C. D.; REIS, J. T. Democratização do Ensino Médio: a reestruturação curricular no RS. In: AZEVEDO, J. C. D.; REIS, J. T. Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática. Ed. 1. São Paulo: Fundação Santillana, 2013. p. 25-48.

CAMPOLIN, L. C. A Avaliação da Aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica: a Percepção dos Sujeitos dos Cursos Técnicos Subsequentes do IFSC – Campus Caçador. 2019. 150f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead) do Instituto Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2019. Páginas 47 - 54

CIAVATTA, Maria. A escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

COSTA, L.C et al. Avaliação, aprendizagem e gestão escolar. Fortaleza: Editora Caminhar, 2020.

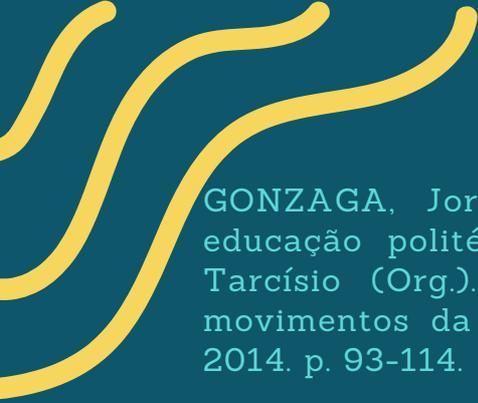
ESTEBAN, Maria Teresa (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: Ed. DP&A.1999.

ESTEBAN, Maria Tereza. Diferenças na sala de aula: desafios e possibilidades para a aprendizagem. In. GARCIA, R.R.;ZACCUR, E. (Orgs). Alfabetização: reflexões sobre saberes docentes e saberes discentes. São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Francinete Viana; SILVA, Maria Coelho da; MOREIRA, Camila Mascarenhas. Avaliação da aprendizagem na educação profissional técnica de nível médio: uma reflexão crítica. Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático II – Práticas integradoras em educação profissional, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1223>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.





GONZAGA, Jorge Luiz Ayres et al. A prática pedagógica na educação politécnica. In: AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio (Org.). O ensino médio e os desafios da experiência: movimentos da prática. São Paulo: Fundação Santillana, Moderna, 2014. p. 93-114.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito & Desafio. 46° ed. São Paulo: Mediação, 2019.

IMBERNÓN, F. Formação continuada de professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KUENZER, A. Z. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação e aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Sobre notas escolares: distorções e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação especial. In: Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

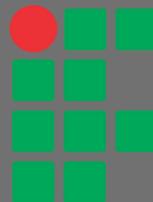
MANACORDA, M. A. Marx e a formação do homem. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 6-15, 2012. Disponível em:<<https://doi.org/10.20396/rho.v11i41e.8639891>>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

SAUL, A. M. Avaliação Emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, J. M. Abordagem Temática no Ensino Médio Politécnico: Contribuições para o Seminário Integrado. 2013. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Ciências Exatas) – Universidade Federal do Pampa, Caçapava do Sul, 2013.

TORRE, S. Aprender com os erros: o erro como estratégia de mudança. Porto Alegre: Artmed, 2007.





**INSTITUTO
FEDERAL**
Maranhão

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA A EMANCIPAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL

**Leomar Campelo Costa
Eliane Maria Pinto Pedrosa**